

## **Corpo Desnudo Como Estratégia de Mobilização Feminista: Fluxos comunicacionais na internet<sup>1</sup>**

Márcia Bernardes<sup>2</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, RS

### **Resumo**

O presente trabalho aborda a relação gênero e comunicação a partir da perspectiva de performances feministas sustentadas pelo uso do corpo despido como forma de mobilização social. Essas ações propõem uma discussão especialmente centrada na violência de gênero, gerando fluxos comunicacionais diversificados na internet. Buscando um recorte para pensar essas práticas comunicativas, analisamos as manifestações da campanha #JuntasContraVazamentos, da fabricante de absorventes femininos Always, com a participação de Sabrina Sato, na tentativa de compreender a incidência dessa ação de mobilização nos processos culturais.

**Palavras-chave:** feminismo, mobilização social, internet, gênero.

### **Introdução**

Vivemos em uma sociedade “vestida”, onde “toda nudez será castigada”. Não a nudez do cinema, a nudez erótica dos vídeos ou a nudez em outdoors. Essa nudez – autorizada – não é uma nudez fora de contexto. Mas a nudez que está além do corpo que se mostra, em um corpo despido e marcado pelo seu uso político, é uma nudez que confronta, que choca, que provoca. O uso político do corpo – especialmente feminino – e da nudez como forma de mobilização social, protesto e/ou ativismo tem se evidenciado nos últimos tempos. Movimentos feministas ou ativistas do feminismo (como: Marcha das Vadias, Festa Xereca Satanik, Femen, entre outras iniciativas) têm utilizado o corpo despido como estratégia de confronto e de questionamento de um cenário marcado pela diferenciação entre homens e mulheres e por uma cultura machista, patriarcal e heteronormativa dominante

Essa dimensão política concedida ao corpo vem ganhando força, inclusive como pauta do movimento feminista na atualidade, marcado por uma maior abrangência e circularidade dos discursos feministas, gerando o entendimento de que existem feminismos, não apenas um. Essa ótica plural tem seu início a partir dos anos 90, considerado o momento em que uma nova “onda” do feminismo<sup>3</sup> passa a acontecer, marcada pelo pós-estruturalismo. O

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista. Doutoranda em Ciências da Comunicação pela UNISINOS.

<sup>3</sup> O movimento feminista, historicamente, compreende períodos, ou ondas. A primeira onda, marcada especialmente pelo movimento sufragista e busca de igualdade; a segunda onda, com estudos mais aprofundados sobre o conceito de gênero e questões relativas aos direitos das mulheres.

movimento passa a afastar a idéia global e massificadora da construção social da diferença entre os sexos e propõe questionamentos acerca das definições da feminilidade e das interpretações sobre gênero e sexo. Os questionamentos e críticas ao par “diferença e igualdade” passam a apontar a diferença entre os sexos como algo politicamente potente, mas que dificulta a problematização das diferenciações entre as mulheres. “A igualdade, por sua vez, com sua reivindicação por paridade e equidade, comprometia essas mesmas diferenças [...] não reconhecendo as estruturas de dominação que estavam ali implicadas”. (PELÚCIO, 2012, p. 406).

Esse novo momento do feminismo, ou terceira onda, também é citado como “pós-feminismo” (BENEDETTI, 2005). Conforme Alves (2014), a perspectiva pós-feminista não afirma a superação da fase da discriminação econômica contra a mulher, da mesma forma, não representa a inexistência de desigualdades de gênero ou da violência contra a mulher, mas questiona as diferenças entre mulheres e entre culturas. O pós-feminismo, segundo Macedo e Amaral (2005), apresenta entendimentos variados. Em uma primeira acepção, objetiva desconstruir o gênero<sup>4</sup> como uma categoria imutável. A segunda acepção é marcada pela idéia de um feminismo mais individualista, não apenas como representação coletiva dos anseios femininos contemporâneos. A terceira e última acepção, por último, afirma que as mulheres precisam travar outros enfrentamentos e

[...] poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo “plural”, que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre o outro, sem contudo pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou “fetichizar” o próprio conceito de diferença (MACEDO e AMARAL, 2005, p. 154).

O que percebemos é que as teorias essencialistas que fundamentaram as políticas de identidade do feminismo, e que trabalharam fortemente a criação da categoria "mulheres", têm sido contestadas pelas feministas contemporâneas, destacando-se aqui os trabalhos de Harding (1993), Butler (1986, 2000, 2003) e Scott (1995).

---

<sup>4</sup> Não propomos, nesse paper, a discussão e uma abordagem mais aprofundada do conceito de gênero. No entanto, adotamos a perspectiva de Butler, que afirma que o gênero não deve ser entendido, simplesmente, como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado, mas designar também “o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2014, p. 25). A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, gênero está relacionado com as diversas formas de viver a masculinidade e a feminilidade, assim como está relacionado aos significados e às representações que são atribuídas a homens e mulheres em cada cultura (LOURO, 2004). Louro avança na temática de gênero ao questionar as marcas do corpo que identificam o masculino e o feminino (os órgãos genitais) como as formas primordiais que definem e descrevem os gêneros. Entretanto, segundo a autora, estas marcas são definidas “a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura” (LOURO, 2004, p. 75), o que, para ela, funciona como marcas de poder.

Para Mariano (2005), “a crítica pós-estruturalista e o feminismo pós-estruturalista incluem também uma concepção em torno de como se constitui o sujeito” (2005, p. 486). Isso é importante, uma vez que sabemos que o sujeito se constrói dentro de significações e representações culturais e, dessa forma, inclui-se os questionamentos sobre o comportamento feminino “desejável”, e a excessiva preocupação com a aparência para alcançar um modelo corporal quase inatingível, assim como o controle dos corpos e a autonomia da mulher.

Percebemos que essas questões encontram, na utilização das tecnologias da comunicação – em especial a internet – uma nova dimensão e múltiplas possibilidades de alcance. Entendemos que a internet pode ser um diferencial em favor das pessoas, não apenas do ponto de vista tecnológico, mas também pela possibilidade da constituição de sociabilidades, de desenvolvimento da cidadania e como um espaço de luta. Sabemos que a tecnologia tem sido vista com bastante otimismo por parte de muitas pessoas, pesquisadores e estudiosos, encantados com as potencialidades geradas; sabemos, também, que várias características apregoadas nesse sentido não se confirmam em determinados contextos sociais, econômicos e culturais, principalmente pela impossibilidade ou dificuldade de acesso. Ainda assim, acreditamos que os espaços criados a partir das tecnologias podem ser efetivos para o fortalecimento das redes de ação, para o fomento da visibilidade dos movimentos e dos(as) atores/atrizes sociais e a consequente multiplicação do alcance das ações, mesmo que, em muitos casos, a discussão não provoque uma mudança real de atitude. A apropriação desses espaços, por meio de práticas comunicacionais e da formação de redes sociocomunicativas, é vista como positiva, mesmo quem os reflexos nas práticas culturais tenham diferentes graus.

Nesse sentido, propomos nesse artigo, pensar sobre ações de mobilização voltadas para temáticas ligadas a feminismo e violência de gênero, com o uso da internet como, por exemplo, o protesto #eunaomereçoserestuprada, promovido pela jornalista Nana Queiroz, em março de 2014<sup>5</sup>. Percebemos a multiplicação de abordagens relacionadas ao corpo feminino, seja por um viés ativista dos movimentos – como ações de mobilização; seja como um reforço da cultura social existente. Ao pensar no uso do corpo pelos movimentos

---

<sup>5</sup> O evento foi criado no Facebook após a divulgação de uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA), que afirmava que 26% dos entrevistados concordavam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. A jornalista postou uma foto de *topless*, em frente ao Congresso Nacional com a frase *Eu não mereço ser estuprada* escrita nos braços. A iniciativa ecoou pelas redes sociais digitais, resultando na adesão de mais de 200 mil participantes.

feministas, uma das primeiras referências foi a Marcha das Vadias<sup>6</sup>, apontada como uma das principais iniciativas nesse sentido. Buscando um recorte e também uma abordagem para uma discussão mais aprofundada, utilizaremos, nesse trabalho o caso da campanha dos absorventes Always, intitulada #JuntasContraVazamentos, lançada em março de 2015 e que contou com a participação da Sabrina Sato.

### **O cenário**

É inegável que a mulher brasileira alcançou, após séculos de luta, relativo poder e participação na sociedade. No sentido legislativo, mais de duas décadas de lutas feministas registram avanços como: a) supressão do ‘Código da Mulher’, que constava no Código Civil e que considerava a mulher relativamente incapaz, como as crianças e adolescentes com menos de 18 anos; b) a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977; c) a garantia da igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres na Constituição de 1988; d) a impossibilidade de solicitação de anulação do casamento pelos homens, se a mulher não fosse mais virgem, garantida pelo Código Civil de 2002; e) a retirada do termo “mulher honesta”, que indicava a conduta moral e social da mulher que poderia ser considerada vítima de estupro, do Código Penal em 2004; f) a Lei Maria da Penha, em 2006, com aumento do rigor com relação a casos de violência contra a mulher; e g) a garantia constitucional do aborto de fetos anencéfalos pelo Supremo Tribunal Federal em 2012.

No que concerne à luta pelo fim da violência contra a mulher, pauta historicamente presente nos movimentos feministas, a promulgação da Lei Maria da Penha<sup>7</sup>, em 2006 representou uma grande conquista. A Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres destaca que a violência contra mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos.

Seu impacto varia entre consequências físicas, sexuais e mentais para mulheres e meninas, incluindo a morte. Ela afeta negativamente o bem-estar geral das mulheres e as impede de participar plenamente na sociedade. [...] A violência tem ainda enormes custos, desde gastos com saúde e despesas legais a perdas de produtividade, impactando os orçamentos nacionais e o desenvolvimento global. Décadas de mobilização da sociedade civil e dos movimentos de mulheres têm colocado o fim da violência de gênero no topo das agendas nacionais e internacionais. Um número sem precedentes de países têm leis contra a violência doméstica, agressão sexual e outras formas de violência. No

---

<sup>6</sup> A Marcha das Vadias é um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de Abril de 2011, em Toronto, no Canadá, quando, após uma série de estupros no campus da universidade local, o policial Michael Sanguinetti “pediu” que as mulheres evitassem vestir-se como “vadias” para não serem estupradas. Desde então o ato se internacionalizou, sendo realizado em diversas partes do mundo. (MARCHA DAS VADIAS, online. <https://www.facebook.com/events/532655696847499>. Acesso em: 10 dez. 2014.

<sup>7</sup> Lei 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispõe sobre a criação de juzgados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 18 set. 2014.

entanto, os desafios persistem na implementação dessas leis, limitando o acesso de mulheres e meninas à segurança e justiça. Em geral, não há iniciativas eficazes de prevenção da violência contra a mulher e, quando esta ocorre, muitas vezes os culpados permanecem impunes ou são condenados a penas brandas. (ONU Mulheres. *Online*. <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contras-mulheres>. Acesso em: 6 abr. 2015.)

No entanto, e apesar dos avanços, o caminho para uma igualdade de direitos é longo, em função de toda uma carga cultural e histórica, que coloca a mulher em um patamar de desigualdade, tornando necessária a existência de movimentos afirmativos e defensores dos direitos da mulher e de uma série de iniciativas que sublinhem a questão da propriedade do corpo feminino.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada em abril de 2014, apresenta uma série de afirmações que demonstram o abismo ainda existente nas relações de gênero. A publicação destaca que, muitas das opiniões trazidas pelo estudo, reforçam o ordenamento patriarcal e heteronormativo<sup>8</sup> da sociedade. Duas afirmações trazidas pela pesquisa relacionam diretamente o comportamento feminino a atos de violência. Quando afirmado que “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, 26% dos entrevistados concordam totalmente ou parcialmente com a afirmação. Na assertiva “Se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros, o percentual de quem concorda totalmente ou parcialmente é de 58,5%. Nesse sentido, percebemos aqui mais um mecanismo de controle do comportamento e do corpo das mulheres, reforçando uma cultura de violência e abuso, culpabilizando a vítima pelo ocorrido.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular<sup>9</sup>, em 2014, com 2.046 jovens entre 16 a 24 anos, das cinco regiões do país, fica evidente a naturalização da violência contra as mulheres. Apenas 8% das mulheres admitiram espontaneamente já terem sofrido violência do parceiro e só 4% dos rapazes reconheceram que já tiveram atitudes violentas contra parceiras. No entanto, em face de apresentação de exemplos de

---

<sup>8</sup> Por ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade entende-se uma organização social baseada no poder masculino e na qual a norma é a heterossexualidade. A sociedade se organiza com base na dominação de homens sobre mulheres, que se sujeitam à sua autoridade, vontades e poder. Os homens detêm o poder público e o mando sobre o espaço doméstico, têm controle sobre as mulheres e seus corpos. Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, com as mulheres ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado, na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual. A família patriarcal organiza-se em torno da autoridade masculina; para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psicológica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar. (IPEA, 2014, p. 4).

<sup>9</sup> Disponível em: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens\\_versao02-12-2014.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf). Acesso em: 16 jan. 2015.

atos agressivos 55% dos homens declararam ter realizado tais práticas e 66% das mulheres afirmaram ter sido alvo de alguma das ações citadas no questionário por parte do parceiro. Isso demonstra claramente a percepção equivocada da violência, já naturalizada na reprodução das práticas.

Outro dado relevante apresentado pela pesquisa se relaciona com o espaço público: 78% das entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio nas ruas das cidades, em festas ou no transporte coletivo. Em 68% dos casos, as jovens declararam já ter recebido uma cantada que consideraram ofensiva, violenta ou desrespeitosa e 44% foram assediadas ou tiveram o corpo tocado em uma festa ou balada. A pesquisa apontou, ainda, que são considerados incorretos os seguintes comportamentos da mulher: sair com amigas sem a companhia do namorado ou marido (48%); ter relações sexuais com um homem no primeiro encontro (68%); ficar bêbada em bares, festas ou baladas (80%). Por seu lado, 24% dos homens admitem já terem feito cantadas que podem ser consideradas ofensivas, assediado mulheres em festas ou no transporte público, terem se aproveitado do fato de uma mulher estar alcoolizada para abordá-la ou tentar fazer fotos ou vídeos sem autorização. Esses dados, especialmente por referirem o entendimento e a visão de jovens, demonstram com clareza a reprodução da cultura machista existente na sociedade.

Sabemos que o gênero influencia de maneira decisiva nas ocorrências de violência e abusos – físicos, sexuais e psicológicos – contra mulheres. Strey (2001) afirma que a discussão de um conceito de ‘violência de gênero’ é uma tarefa muito difícil, “na medida em que o conceito de gênero já pressupõe, por princípio, uma certa quantidade de pressão sobre os indivíduos para conformarem-se aos padrões culturais sobre o que seja ser homem ou mulher (STREY, 2001, p. 59). A autora destaca que a violência de gênero está presente nos meios de comunicação, na política, no espaço doméstico, nas relações sociais e é paralela a outras formas de abuso. Araújo e Mattioli, ao abordarem estudos sobre violência no Brasil, lembram que os principais recortes são manifestações contra a mulher e apontam para a presença de fatores conjunturais na produção ou no agravamento da violência, entre eles a pobreza e a desigualdade social (ARAÚJO e MATTIOLI, 2004, p. 9).

Dentro da perspectiva de que o ambiente digital assume importância com relação à discussão e disseminação de temáticas relacionadas a gênero, feminismo e mulheres, a questão da violência contra a mulher transparece no relato recente de uma universitária de Porto Alegre (RS), publicado no Facebook, na página ‘Se essa rua fosse nossa’. Ela faz um detalhado relato, não apenas da violência sofrida, mas de tudo que ocorreu após o fato,



incluindo o [não] acolhimento prestado pela rede de atendimento do serviço público, que deveria, em princípio, protegê-la<sup>10</sup>. Nesse sentido, a internet funcionou como um espaço de manifestação, de alerta e de mobilização e proporcionou a participação de outros depoimentos e a formação de uma rede de solidariedade.

Percebemos que, mesmo que a visibilidade e a participação proporcionadas pela internet não sejam garantias de mais igualdade ou justiça nas relações de gênero, são formas de disseminação das idéias, de multiplicação do alcance das ações e da possibilidade de uma expressão livre em uma efetiva atuação em rede. Nesse sentido, é possível buscar uma representação feminina não marcada pelo corpóreo apropriado e desejável esteticamente, mas pelo corpo livre, pelo direito e pela liberdade do corpo, sem exploração e sem violência.

### **Uso do corpo como forma de mobilização social**

Sabemos que, na Antiguidade, o corpo era parte de uma visão integral de homem (Sócrates e Aristóteles) ou servia de prisão para a alma (Platão). Na Idade Média, o corpo foi majoritariamente desvalorizado, as pulsões e o desejo carnal, amplamente reprimidos. “O culto ao corpo era considerado um verdadeiro pecado, e concebido principalmente como a vestimenta da alma; e a renúncia ao próprio corpo foi a base de sustentação do discurso da salvação da mesma”. (CASSIMIRO, GALDINO e SÁ, 2012, p. 65).

No entanto, a partir do Renascimento e da transição para a Modernidade, uma nova concepção de “homem” surgiu, como sujeito responsável pela produção de conhecimento e com o corpo sendo reconhecido pelas Ciências Biológicas como uma “máquina cheia de engrenagens”. Ao longo do século XX, período que consolidou a Contemporaneidade, o corpo foi ganhando evidência por meio das novas tecnologias e comportamentos, principalmente através do uso dos meios de comunicação (CASSIMIRO, GALDINO e SÁ, 2012, p. 66). Courbin, Courtine e Vigarello (2008) afirmam que coube ao século XX a invenção teórica do corpo, que passou a ligar-se ao inconsciente e ao sujeito e ser inserido nas formas sociais da cultura. Dessa forma, entendemos que o corpo humano é um sistema que não pode ser compreendido independente do ambiente onde está inserido e nem da cultura que vivencia, interrelacionando-se e modificando-se uns aos outros: corpo, ambiente e cultura.

Rodrigues foi pioneiro, no Brasil, em analisar o corpo como um sistema simbólico. Segundo ele, “o corpo é uma representação da sociedade” (1975, p. 129), socialmente

---

<sup>10</sup> Facebook. Se essa rua fosse nossa.

<https://www.facebook.com/seessaruafoossenossa/posts/1556677794583652:0>. Acesso em: 20 mar. 2015

concebido “[...] e a análise da representação social do corpo oferece umas das numerosas vias de acesso a estrutura de uma sociedade particular” (RODRIGUES, 1975, p. 44). Entendemos que, a partir do momento em que o ser humano está corporalmente inserido no mundo, suas relações são mediadas também pelo corpo.

Para Elisabeth Grosz, o

corpo continua a ser um ponto cego conceitual, tanto no pensamento filosófico ocidental dominante quanto na teoria feminista contemporânea. O feminismo adotou acriticamente muitas das suposições filosóficas em relação ao papel do corpo na vida social, política, cultural, psíquica e sexual e, pelo menos neste sentido, pode ser visto como cúmplice da misoginia que caracteriza a razão ocidental. Feministas e filósofos parecem compartilhar uma visão comum do sujeito humano como um ser constituído por duas características opostas dicotomicamente: mente e corpo, pensamento e extensão, razão e paixão, psicologia e biologia. Esta bifurcação do ser não é simplesmente uma divisão neutra de um campo descritivo abrangente. O pensamento dicotômico necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa. (GROSZ, 2000, p. 47).

Dessa forma, temos sexo, gênero e sexualidade, assim como outras características identitárias significadas nos corpos. “Neste sentido, o corpo é a ‘superfície de inscrição de valores’, tanto sociais quanto sexuais. Os papéis de gênero são construídos sobre os corpos e vivenciados através de uma sexualidade que lhes corresponde” (MUSSKOPF, 2005, p. 188).

Sant’anna (2001) traça algumas reflexões sobre o corpo na contemporaneidade. Uma delas, que se relaciona com o que propomos nesse estudo, é de que o corpo é território do exercício da liberdade individual. E, na cultura em que o ser humano vale pelo que possui, ter um corpo, poder utilizá-lo como quiser, exibi-lo quando e como desejar, representa poder. Outra reflexão possível é o entendimento de que o corpo pode ser visto como aquilo que mais se aproxima da identidade do indivíduo. Nesse sentido, usar o corpo como forma de manifestação, protesto ou ativismo seria uma (re)afirmação da identidade e também um exercício de poder. É importante pensar, ainda, que a própria concepção de sujeito<sup>11</sup>, que está relacionada com a autonomia, não se desvincula do tema do corpo. Relacionado com o movimento feminista, o direito ao controle do próprio corpo significa o direito de gerir a própria vida. Segundo Cruz (2006, p. 7, apud ZIRBEL, 2007, p. 78) “o direito ao corpo

---

<sup>11</sup> Para Touraine, o sujeito evoca a ideia de luta social, semelhante à de consciência de classe, contudo enquanto esfera individual. O sujeito, portanto, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate. O sujeito é produzido na intersecção com a cultura e, assim sendo, seu tempo será o presente, possibilitando a luta por uma ordem social pautada a um tempo pela diferença e pela singularidade, no reconhecimento das múltiplas realidades existentes no social. Cf. VERONESE e LACERDA, 2011, p. 421 e 425.



imprimiu uma marca diferenciadora entre o movimento feminista e os demais movimentos sociais. Se o corpo em nossa sociedade é um dos espaços por onde passa o exercício do poder e da liberdade, para as mulheres ele é o locus principal sobre o qual se estrutura a sua dominação”.

Outra forma de pensar o corpo é apontada por Falkembach, que propõe pensar o corpo a partir da noção de heterotopia desenvolvida por Foucault. Citando Foucault, a autora diz que as utopias apagam o corpo que, em sua materialidade, seria o produto de suas próprias fantasias. Em contrapartida, as heterotopias “[...] são espécies de contrapositionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais [...] estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis.” (FOUCAULT, 2006, p. 415 apud FALKEMBACH). Dessa forma, Falkembach, que reflete a partir da área das artes cênicas, intenciona pensar no corpo como espaço constituído na distorção da dualidade utopia e espaço real

O corpo-heterotopia, quando atua em espaços públicos pode reconstruir as relações entre os corpos nestes espaços, relações de poder e de forças; pode evidenciar o quanto de ilusório é o espaço real ou o quanto sua configuração é constituída de discursos e dos jogos de poder que atuam na valorização e distribuição do espaço (FALKEMBACH, s/d, p. 4 e 5).

A autora nos traz, dessa forma, um indicativo interessante para repensar as dicotomias entre mente/corpo, espírito/matéria, que colocam a mente como a autorreferência humana predominante e o corpo como parte material do mundo. Para isso, apóia-se em Gumbrecht, e no desenvolvimento do conceito de produção de presença do autor, que sustenta “a possibilidade de uma relação com as coisas do mundo fundada na presença, ou melhor, uma relação que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de significado”. (FALKEMBACH, s/d).

Percebemos, assim, que o corpo na atualidade é fonte para provocar múltiplas inquietações e problematizações de diversas ordens: comunicacionais, culturais, sociais, econômicas etc. Nesse sentido, Beatriz Preciado, não conformada com a noção de corpo, sugere que o sujeito moderno não tem corpo, mas sim uma “sodateca”, “un aparato somático denso, estratificado, saturado de órgãos gestionados por diferentes regímenes biopolíticos que determinan espacios de acción jerarquizados en términos de clase, de raza, de diferencia de

gênero o sexual”<sup>12</sup> (PRECIADO, 2013, *online*). Esse aparato reúne uma série de técnicas de poder e de representação que se relacionam entre si. Nessa relação, constroem o lugar de subjetivação do ser humano.

A partir do entendimento do uso do corpo como ação política, é preciso atentar para a utilização do corpo feminino “desejável”, que torna a nudez permitida e interessante, desvinculando-o de seu papel político, em uma ação com a intenção de mobilização. Nesse sentido, acompanhamos a campanha da ONG Safernet, em parceria com a fabricante de absorventes femininos Always, chamada #JuntasContraVazamentos, lançada em março de 2015.

IMAGEM 6: Campanha com Sabrina Sato



Fonte: <http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2015/03/04/Vaza-video-intimo-de-Sabrina-Sato.html>

O objetivo era conscientizar sobre a divulgação indevida de vídeos e imagens íntimas na internet e outros meios digitais, considerada uma violência praticada contra a mulher. Para isso, utilizou o “vazamento” de um vídeo da apresentadora Sabrina Sato seminua<sup>13</sup>, dando a impressão de que foi feito por alguém que estava com a apresentadora e o publicou na internet sem consentimento. A ação foi proposta porque, segundo a Safernet, em 2014, o maior número de casos atendidos pela organização envolveu a publicização de imagens íntimas, sendo que 81% das vítimas eram mulheres<sup>14</sup>. No entanto, a utilização do corpo nu nesse caso provoca a discussão sobre a forma como esse corpo foi apresentado em uma ação de mobilização/ativismo, defendendo o direito da mulher à exposição ou não do próprio corpo e de sua intimidade por meio de imagens de um corpo feminino publicitariamente construído dentro de uma estética vigente. Além disso, comparar um

<sup>12</sup> Tradução livre: um aparelho somático denso, estratificado, saturado de órgãos geridos por diferentes regimes biopolíticos que determinam espaços de ação hierarquizados em termos de classe, raça, gênero ou sexo.

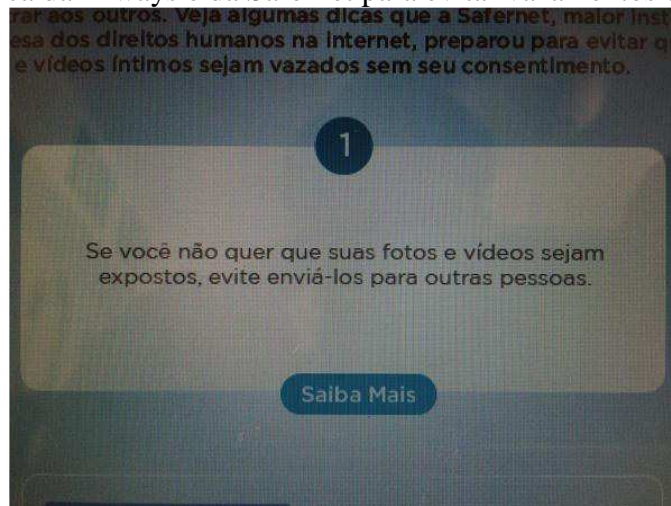
<sup>13</sup> O vídeo está disponível em em: <https://www.youtube.com/watch?v=LScGLq-wbIQ>

<sup>14</sup> [safernet.org.br](http://safernet.org.br). Acesso em: 10 mai. 2015.

crime (divulgação de imagens íntimas sem consentimento) com menstruação é algo, no mínimo, duvidoso.

Por fim, e estreitamente relacionado com a discussão que propomos aqui, a orientação inicial dada pela campanha era que as mulheres não enviassem ou fizessem vídeos íntimos, ou seja, culpabilizava a mulher e não quem comete o crime. No site da marca de absorventes Always, essa era “dica” número um para evitar vazamento de vídeos íntimos, que, em uma analogia, pode ser relacionado com o entendimento de que uma mulher que não quer ser estuprada não deve usar roupas provocantes, curtas ou consideradas “não comportadas”. Segundo o site [buzzfed.com](http://buzzfed.com), “os próprios responsáveis pela campanha devem ter percebido isso rapidamente — tanto que esta dica foi tirada do ar e substituída por orientações práticas que realmente podem ajudar uma vítima deste tipo de crime.

IMAGEM 7: Dica da Always e da Safernet para evitar vazamentos de vídeos íntimos



Fonte: <http://www.buzzfeed.com/clarissapassos/a-campanha-da-always-nao-e-tao-legal-quanto-parece#.rkDedGNmg>. Acesso em: 10 mai. 2015.

No portal Fórum, Jaris Arraes escreve sobre a campanha

Ontem foi lançada uma nova peça publicitária da marca *Always*, que vende absorventes menstruais. Na campanha, acharam que seria uma boa ideia falar sobre vídeos íntimos que são publicados sem o consentimento das mulheres gravadas, mas resolveram abordar o tema criando um viral porco, utilizando a famosa Sabrina Sato como exibição sexualmente objetificada, apresentando um assunto extremamente difícil com trocadilhos ridículos e irresponsabilidade profunda. [...] Mas, como está evidente, o Feminismo brasileiro ainda tem muito o que ensinar para publicitários, ONGs e empresas. Se a *Leo Burnett* [agência que criou a campanha], a *Always* ou a *Safernet* estiverem dispostas a organizar um seminário voltado para marcas e publicitários brasileiros, acredito que muitas ativistas se disponham a facilitar uma oficina. Quem sabe, com um grande aulão, finalmente aprendam como ter respeito pelas consumidoras.

(<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2015/03/05/publicidade-brasileira-e-ridicula/>). Acesso em: 6 abr. 2015.

O Jornal Comunicação, que é um jornal laboratório da Universidade Federal do Paraná também discutiu o tema no site, onde destacou: “Mais uma vez, a culpa é da vítima. Na tentativa de articular um debate sólido sobre vazamento de fotos na internet, a campanha #JuntasContraVazamentos errou ao tratar o tema de forma simplista e defasada”. (<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/mais-uma-vez-a-culpa-e-da-vitima/>. Acesso em: 6 abr. 2015).

Houve, também, manifestações favoráveis à campanha, como a feita pela blogueira Camila Coutinho, do garotasesupidas.com. “Muitas mulheres já tiveram fotos íntimas vazadas na internet e este é um caso muito sério. Isso tem que acabar! Fiquei muito feliz e orgulhosa de ver Sabrina Sato apoiando a causa junto à Always e a ONG Safernet na campanha #juntascontravazamentos, que vocês já devem ter acompanhado pelas redes sociais.” (<http://www.garotasesupidas.com/tag/sabrina-sato/>. Acesso em: 6 abr. 2015).

Acreditamos que a circulação destes corpos na mídia – e aqui temos a potencialidade da internet – pode influenciar a construção do discurso de “ser mulher” na contemporaneidade. Nesse sentido, Neely (2012) faz uma interessante reflexão sobre a construção da feminilidade na internet. Segundo a autora, essa construção é marcada pela pornograficação<sup>15</sup> do feminismo. Neely acredita que há uma utopia da diminuição das desigualdades de gênero por meio da internet, uma vez que o corpóreo ganha cada vez mais força nos espaços online.

Historically feminists lamented the invisibility of women in relation to new technologies, but a cursory look at contemporary representations reveals a startling shift. Undeniably women are represented and self-represented online, but the differences in relation to the representation of the online identities of men are significant.<sup>16</sup> (NEELY, 2012, p. 101)

Tem-se na internet um espaço marcado pela grande possibilidade de visibilidade que, no entanto, é apresentada por uma representação e uma autorrepresentação feminina focada excessivamente no corpo e não no conteúdo em si. Com isso, as mulheres vão enquadrando e prefigurando suas identidades buscando a aquisição de uma significação social por meio de uma “máscara de feminilidade; um feminino apropriado e desejável” (NEELY, 2012).

<sup>15</sup> Pornographication em inglês. Sem tradução literal; traduzido livremente.

<sup>16</sup> Tradução livre: Historicamente, as feministas lamentaram a invisibilidade das mulheres em relação às novas tecnologias, mas um olhar superficial para as representações contemporâneas revela uma mudança surpreendente. Inegavelmente, as mulheres são representadas e auto representadas online, mas as diferenças em relação a representação da identidade online dos homens são significativas.

Essa pornograficação defendida por Neely seria um indicativo de falha para o atingimento da igualdade de gênero, uma vez que a referência estética e o conteúdo relacionado à pornografia atinge a gama de meios de comunicação, muitas vezes transformando algo relacionado ao sexo e à pornografia em algo normalizado dentro da cultura popular. Essa pornograficação da cultura desemboca na criação ou no reforço de uma cultura masculina, patriarcal e heterossexual dominante, que torna normatizadas falas como a do policial que desencadeou a Marcha das Vadias no Canadá: “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem atacadas”.

O empoderamento, mascarado pela erotização, desmistifica o discurso utópico inicial, segundo Neely, de que a internet é um espaço sem limites para questões de gênero e menos vinculado às distinções binárias. Para a autora, a internet poderia (e pode) avançar para além da representação corporal na questão identitária mas, na realidade, a autorrepresentação das mulheres online não apaga o corpo. E, para além disso, há um controle de como o corpo é representado, de forma que a feminilidade representada seja aceitável na cultura heterossexual masculina dominante. Neely afirma que as contradições nas representações da sexualidade feminina “fortalecida” em espaços online revelam muito sobre as complexidades do envolvimento de mulheres e a representação na cultura, onde as representações de empoderamento são performances, um disfarce pós-feminista que dá a ilusão de igualdade.

Por outro lado, percebemos a multiplicação de abordagens relacionadas ao corpo feminino, seja por um viés ativista dos movimentos – como ações de mobilização; seja como um reforço da cultura social existente. Diferentemente do que questiona Neely, algumas ações dos movimentos feministas buscam o empoderamento da mulher por meio da exposição do corpo, da utilização do corpo como um discurso questionador e crítico, o que parece ter sido a intenção da campanha, que pecou pelo viés, linguagem e imagens adotados.

No entanto, não podemos tirar o mérito da já citada campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada; da performance para chamar atenção aos casos de abuso no campus Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense, chamada Festa Xereca Satanik; da Marcha das Vadias e de outras iniciativas que são assertivas e positivas ao utilizarem o corpo nu ou despido como estratégia de mobilização. Mesmo que para alguns (ou muitos) seja uma estratégia chocante, entendemos que o choque ou confronto, são muito menos graves do que as situações que originam essas performances. Chocante é o assédio, o estupro e a violência contra a mulher.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Patrícia Galvão. Pesquisa Instituto AVON e Data Popular. **Violência contra a mulher: o jovem está ligado?** Brasil, novembro de 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens\\_versao02-12-2014.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2015.

ALVES, Fábio Lopes. **Pós-mulher: corpo, gênero e sedução.** Curitiba: Champagnat, 2014.

ARAÚJO, Maria de; MATTIOLI, Olga Ciciliato (orgs.). **Gênero e Violência.** São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASSIMIRO, Érica Silva; GALDINO, Francisco Flávio Sales; SÁ, Geraldo Mateus de. As concepções de corpo construídas ao longo da história ocidental: da Grécia Antiga à Contemporaneidade. **Revista Eletrônica Print.** São João del-Rei/MG, n.14, 2012. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistalable>> Acesso em: 22 set. 2014.

CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

FALKEMBACH, Maria Fonseca. Corpo-espço: heterotopia e dança. Porto Alegre: UFRGS; Disponível em: <<http://portalabrace.org/1/attachments/article/980/CORPO-ESPACO%20-%20heterotopia%20e%20danca%20-%20ABRACE%202014.pdf>>

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu.** n. 14, 2000, pp.45-86. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/n14a03.pdf>>

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença.** O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC, 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 2014.

INSTITUTO de Pesquisas Sociais Aplicadas – IPEA. Disponível em: <<http://ipea.org.br>>.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 9-27.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. (orgs.) **Dicionário da Crítica Feminista.** Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MARIANO, Silvana Aparecida. Universidade Estadual de Londrina. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas,** Florianópolis, setembro-dezembro/2005.



MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**. Linguagens, ambientes, redes. Petropolis: Vozes, 2014.

MUSSKOPF, Andre Sidnei. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram: reflexões sobre as pesquisas de gênero e sua relação com a Teoria Queer a partir da teologia. **História**. Unisinos, Setembro/Dezembro 2005. Vol. 9 N° 3

NEELY, Sarah. Making bodies visible. Post-feminism and the pornographication of online identities. In: GUNKEL, D. GOURNELOS, T. (ed.). **Transgression 2.0**. Media, culture and the politics of the digital age. NYC: Continuum, 2012.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU Mulheres. Disponível em: <http://onumulheres.org.br>. Acesso em: 6 abr. 2015.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** v. 2, n. 2 p. 395-418 Jul.–Dez. 2012 1

PESQUISA Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40).

PRECIADO, Beatriz. Somateca. Producción biopolítica, feminismos, prácticas queer y trans. Programa de Estudios Avanzados en Prácticas Críticas 2013. Museo Nacional de Arte Reina Sofia. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/195017464/Preciado-Somateca#scribd>

RODRIGUES, J.C. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea, São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SE ESSA RUA FOSSE NOSSA. Disponível em: <https://www.facebook.com/seessaruafoffenossa/posts/1556677794583652:0>. Acesso em: 20 mar. 2015.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Kriger; WERBA, Graziela C. **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 47-70. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=EMHRcN2KPYUC&pg=PA107&dq=violencia+contra+mulheres&hl=pt-BR&ei=f8iATuriNYfJgQf3v8Q2&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=5&ved=0CEAQ6AEwBA#v=onepage&q=violencia%20contra%20mulheres&f=false](http://books.google.com.br/books?id=EMHRcN2KPYUC&pg=PA107&dq=violencia+contra+mulheres&hl=pt-BR&ei=f8iATuriNYfJgQf3v8Q2&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CEAQ6AEwBA#v=onepage&q=violencia%20contra%20mulheres&f=false) Acesso em: 21 set. 2011.

ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, março 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1>